

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, pelas dez horas, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeiro e segundo secretários, Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paçó e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- Após declarada aberta a sessão o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por informar que o Senhor Deputado Municipal Mário Telmo Lopes Legoinha solicitou a sua substituição ao abrigo do artº 5º do Regimento da Assembleia Municipal, tendo sido substituído pela Deputada Marisa Susana Gomes Velho Rodrigues. Informou, também, que os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Vilarchão e Vilarelhos se encontravam ausentes, fazendo-se representar pelos respetivos substitutos legais, Senhores Paulo Jorge Pereira e Rafael José Pacheco, respetivamente. -----

----- De seguida, procedeu-se à chamada dos senhores deputados municipais, verificando-se a presença de todos. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos. -----

EVOCAÇÃO DO “25 DE ABRIL DE 1974”

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA MARIA MANUEL SILVA – BANCADA DO PS:

----- “ Nunca é demais lembrar que é graças ao 25 de abril que estamos hoje, aqui, agora, a representar a população que, livremente, nos delegou essa responsabilidade. -----

----- Para mim, para os meus pares, o 25 de abril tem, muito provavelmente, um significado bastante diferente do daqueles que o viveram “in loco”, daqueles que conheceram a pobreza, a fome, a opressão. Seguramente que tem um significado bem diferente do daqueles que se foram insurgindo mais ativamente contra o regime de Salazar. -----

----- Mas, e salvaguardando todas as diferenças e questões incomparáveis, há uma coisa que ninguém pode negar! Eu, os meus pares, sentimos bem na pele o que é a regressão, a perda de oportunidades, de “direitos adquiridos”, a dificuldade em ter uma vida própria! Nós estamos a sentir na pele o que é a sujeição a condições de trabalho e de vida que não valorizam as nossas competências e o nosso esforço. -----

----- No entanto, eu, pessoalmente, também sinto a minha esperança revigorada porque, pela primeira vez em 42 anos da Revolução dos Cravos, vejo os representantes democrática e legitimamente escolhidos pelo povo português unirem-se para fazer frente aos senhores dos interesses económicos, aos senhores do capitalismo selvagem que não olha às gentes, às suas necessidades mais básicas, à sustentabilidade! Pela primeira vez em 42 anos, assistimos a uma União que, por ter opiniões muitas vezes distintas, prova que é no diálogo que moram as melhores soluções. E a divergência de opiniões só era proibida antes do 25 de abril! Esta União, carinhosamente apelidada de “Geringonça”, prova que há sempre alternativa, que não estamos condenados ao mesmo sistema. Prova, acima de tudo, que O POVO É SOBERANO. -----

----- Esta União faz-me acreditar que ainda há quem acredite nas pessoas, quem pense nas pessoas como pessoas e faz-me acreditar que vou voltar a lembrar o que é a justiça social, o direito à saúde, ao emprego. Esta União faz-me acreditar que, afinal, existe respeito pela Constituição e que o capital não vai esmagar os Direitos dos Cidadãos. -----

----- Atrevo-me a chamar a este 25 de abril de 2016, o 25 de abril versão 2.0 que, tal como o primeiro, não foi fácil, mas que se há-de cumprir! -----

----- Viva o 25 de abril! -----

----- Viva a Liberdade! -----

----- Viva Alfândega da Fé! -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Viva Portugal! -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO LUIS TERÊNCIO – BANCADA DO PSD/CDS-PP:

----- “Exmº Sr. Presidente da Assembleia Municipal -----

----- Exmº Srª Presidente do Município -----

----- Exmº Sr. Vice Presidente do Município -----

----- Exmºs Srs. Vereadores -----

----- Exmºs Srs. Deputados Municipais -----

----- Digníssimos Concidãos -----

----- Bom dia a todos! -----

----- Há semelhança do discurso do ano transacto, a primeira palavra vai para todos aqueles que de forma direta ou indireta se envolveram no dia 25 de Abril de 1974 para hoje ser possível celebrarmos o 42º (quadragésimo segundo) ano da Liberdade. -----

----- Todos se lembrarão da frase “Há muito Abril por cumprir”. Podemos hoje afirmar que a revolução do 25 de Abril está por concluir. Falta a revolução da cidadania e mentalidades que obrigue à alteração do sistema político evitando a sua desagregação. -----

----- A Liberdade e democracia são os pilares fundamentais da construção de qualquer Estado de Direito, que infelizmente ao fim de 42 anos está a ser “atropelado” por gente, até do Poder Local, que se senta em lugares Democráticos para fazer valer o poder de forma coerciva e muitas vezes de forma duvidosa. -----

----- Liberdade é poder decidir de acordo com os seus ideais e não votar em quem os represente por programas e/ou empregos ilusórios. -----

----- Ao fim de 42 anos da conquista da liberdade, Portugal continua a viver uma profunda crise de valores. São exemplos diários, os escândalos de corrupção, pessoas com responsabilidade em órgãos nacionais e locais envolvidas em esquemas duvidosos, notícias diárias de uma violência gratuita sem precedentes, de desigualdades e oportunidades criadas, de acesso a serviços universais consagrados na Constituição da República portuguesa. -----

----- Do programa dos três “D” – Democratizar, Descolonizar e Desenvolver – Portugal ainda não conseguiu consolidar a democracia e está a hipotecar o seu desenvolvimento com uma austeridade perpétua, depois da destruição criativa a que foi submetido, e será garantida pelo Tratado Orçamental aprovado por um parlamento de olhos fechados e que a União Europeia nunca vai alterar. -----

----- No dia 25 de Abril de 1974, Portugal conquistou a liberdade, mas ainda não cimentou uma democracia assente em valores. Citando Miguel Torga “Há a liberdade de falar e a liberdade de viver, mas esta só existe, quando se dá às pessoas a sua irreversível dignidade social” -----

----- Porque, -----

----- Acreditamos no futuro de Portugal! -----

----- Porque, -----

----- Acreditamos no futuro de Alfândega da Fé! -----

----- Viva o 25 de Abril! -----

----- Viva Alfândega da Fé! -----

----- Viva a Liberdade!” -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- “Senhora Presidente da Câmara Municipal -----

----- Senhores Vereadores -----

----- Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

----- Digníssimas Secretárias -----

----- Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Senhores Presidentes das Assembleias de Freguesia -----
----- Demais Autarcas -----
----- Minhas Senhoras e meus Senhores, -----
----- Comemorar o quadragésimo segundo aniversário da Revolução do 25 de Abril é, antes de mais, um dever de ética democrática e um acto de reconhecido agradecimento a todos quantos, de mãos dadas com os capitães de Abril, tornaram possível a recuperação da liberdade, pondo fim a 48 longos anos de regime fascista. -----
----- Por isso, também nós, alfandegueses, uma vez mais nos associamos à comemoração de tão importante marco histórico, cientes de que, ao fazê-lo, estamos também a honrar a memória de todos os já falecidos opositores ao regime de Salazar e Caetano, os quais, com a sua luta sofredora, contribuíram para o minar e banir em definitivo. -----
----- Vivemos em Portugal um momento ímpar, uma conjuntura político-constitucional merecedora do nosso regozijo, porque, depois de quatro longos anos de uma legislatura que nos cerceou a liberdade de definirmos, enquanto Nação, o nosso caminho a seguir, mercê de uma quase total subserviência do governo de Passos Coelho e Paulo Portas temos um governo empenhado em devolver aos portugueses – gradualmente, é certo – tudo quanto a Troika lhes roubou. -----
----- Comemorámos há dias, no dia 10 de Abril de 2016, os 40 anos da promulgação do texto constitucional aprovado na sessão plenária da Assembleia Constituinte de 2 de Abril de 1976 e por Decreto publicado no Diário da República nº 86, 1ª série Constituição da República Portuguesa. -----
----- Durante os 40 anos de vigência da nossa Constituição, muitos foram os avanços e recuos. Estamos melhor do que estávamos em 24 de Abril de 1974, mas podíamos estar ainda muito melhor, se não tivéssemos sido atingidos por práticas políticas que se caracterizaram por graves investidas no que de muito bom Abril nos deu e foi permitindo, em liberdade, alcançar. -----
----- Basta que recordemos os tempos recentes da governação da direita de Passos e Portas em que assistimos ao empobrecimento do país, através de uma governação assente na falácia, no logro, na mistificação, no incumprimento de promessas eleitorais então efectuadas (com as quais e graças às quais chegaram ao poder) da qual resultou, o agravamento do desemprego, o aumento da precariedade laboral, a redução dos apoios sociais, a limitação do acesso ao Serviço Nacional de Saúde (através, designadamente do aumento das taxas moderadoras), o aumento da emigração em massa de jovens qualificados, o aumento desmesurado da idade de reforma, a brutal redução dos rendimentos dos reformados e pensionistas, em suma: feroz ataque ao “estado social”! -----
----- Efectivamente, a coberto de uma teia de falsas inevitabilidades, e de falsa inexistência de alternativas, as opções do governo que antecedeu o actual, delapidaram, através da privatização de sectores estratégicos da nossa economia, o património nacional. -----
----- Veja-se o que aconteceu com a EDP, com os CTT e o que em parte aconteceu com a TAP. -----
----- Atravessámos um período de grandes e graves crispações que levaram muitos ao desespero e até ao suicídio por terem deixado de acreditar em tudo e em todos. -----
----- Vivemos uma legislatura (felizmente terminada) de grande incerteza e de grande frustração e, muitos de nós chegámos a imaginar o pior, fartos do envenenamento e forte diabolização da actividade política por determinados sectores da imprensa escrita e falada. -----
----- Não, os políticos não são todos iguais! -----
----- Os interessados na destruição de Abril queriam que Portugal voltasse ao que era antes de 1974 e bem se esforçaram para ferir de morte o regime nascido da Revolução dos Cravos. -----
----- Mas, -----
----- Foi em torno da Constituição da República Portuguesa que a mudança se iniciou, abrindo de novo um caminho de maior esperança, após os resultados das eleições legislativas de 4 de Outubro de 2015 e as negociações partidárias que conduziram à tomada de posse do actual governo, liderado pelo Partido Socialista e pelo Primeiro-ministro António Costa. --

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Pela primeira vez em 42 anos, temos um governo liderado pelo Partido Socialista com o apoio dos partidos mais à esquerda e com assento parlamentar na Assembleia da República e as opiniões, aquando da sua constituição e consequente tomada de posse, foram as mais diferenciadas; -----

----- houve quem dissesse que um governo apoiado pelas “esquerdas”, apelidadas de “radicais” nunca iria funcionar ou cairia com a discussão e submissão do Orçamento de Estado; -----

----- houve quem dissesse e ainda há quem diga que a Comissão Europeia não aprovaria/aprovará o Plano de Estabilidade e Crescimento recentemente aprovado em Conselho de Ministros; -----

----- houve quem durante meses a fio não se tenha conformado com o normal funcionamento das instituições e com a tomada de posse do governo liderado por António Costa e mantivesse no horizonte constitucional a imediata dissolução da Assembleia da República pelo Presidente da República eleito no p.p. dia 24 de Janeiro; -----

----- houve quem, percebendo que um ciclo tinha chegado ao fim, tenha abandonado a liderança de um dos partidos da coligação, por esta não ter conseguido chegar à maioria absoluta nas legislativas de Outubro; -----

----- há agora quem augure curta vida ao governo de Portugal, teimando em tentar convencer os portugueses mais incautos de que o caminho da cega, dura e fria austeridade é que era o caminho a seguir e a preservar, querendo olvidar todos os prejuízos sentidos pelos portugueses e por Portugal enquanto estiveram à frente das rédeas governativas. -----

----- Houve e há quem assim tenha pensado, desejado e continue a pensar e a desejar, mas o tempo se encarregará de os desmentir. -----

----- **Quem venceu foi a Democracia que a Constituição nos permite** e, encontrada uma solução governativa com apoio parlamentar dos deputados do Partido Socialista, do Partido Comunista Português, do Bloco de Esquerda e do Partido Ecologista Os Verdes, temos todos que desejar boa sorte ao governo de António Costa, pois, se assim acontecer, como aliás estou convicto que acontecerá, tendo em vista a consolidação de um país mais livre, mais justo e mais fraterno, estaremos muito melhor no final da legislatura agora iniciada. -----

----- Pela primeira vez em 42 anos um Orçamento de Estado obteve os votos favoráveis do Partido Comunista Português e também pela primeira vez em Portugal, todos os votos de todos os eleitores que exerceram o seu dever cívico contaram, como desde sempre deveriam ter contado. -----

----- Qualquer governo só pode governar com o apoio de uma maioria parlamentar e a maioria actual é a maioria que apoia o actual. -----

----- O povo é quem mais ordena, como dizia o saudoso Zeca Afonso e em legislativas votamos para eleger os deputados à Assembleia da República e não votamos para eleger um Primeiro-ministro. -----

----- Aliás, é minha convicção que doravante nada será como dantes e julgo até que de futuro, mercê de uma maior consciencialização dos eleitores, a abstenção, para bem de todos os portugueses tenderá a diminuir, revitalizando-se dessa forma a democracia e o regime democrático. -----

----- Este ano de 2016 começou sob o signo da esperança. -----

----- Temos um governo novo, um governo diferente do anterior, para melhor, em minha opinião e na de muitos de vós e, -----

----- Temos um Presidente da República com características muitíssimo diferentes das do anterior, para melhor, em minha opinião e na opinião de muitos de vós, (estou certo) sendo para mim irrepreensível – até ao momento – o modo como o Professor Marcelo Rebelo de Sousa vem exercendo o seu mandato, próximo das pessoas e demonstrando um grande à-vontade e empenhamento no apoio à actividade governativa. -----

----- Também por isso, tenho esperança no futuro de Portugal e tenho esperança numa maior articulação entre as instituições europeias com as instituições portuguesas, permitindo também uma maior articulação entre o governo e as autarquias locais. -----

----- Mas, -----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores: -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Comemorar o 25 de Abril e o seu quadragésimo segundo aniversário, foi, é e será sempre, um dever e um acto de cidadania. -----

----- É um dever, porque, reconhecidamente, “A Revolução dos Cravos” foi o acontecimento mais relevante do século XX em Portugal. -----

----- É um acto de cidadania porque foi uma revolução, cujo espírito, ideais e objectivos, devemos manter bem vivos, atendendo a que alterou profundamente o rumo das nossas vidas e da nossa história colectiva. -----

----- Nestes dias de festa e de reflexão tantas vezes pouco aprofundada, cabe-nos a todos dar mais passos no sentido de recuperar a esperança, de privilegiar a ética e a honra, para que a palavra que empenhamos seja sempre dignificadora e única, a que corresponde à nossa natureza de cidadãos que têm ou não têm partido, mas que sabem assumir as suas responsabilidades quotidianas e históricas com uma só cara – a da vontade imensa de continuar a construir Abril – quarenta e dois anos depois, no sentido daquela pureza inicial que nos fazia sorrir e correr para o lado dos outros, os que finalmente eram nossos irmãos no sonho, na utopia e na vontade imensa de rasgar horizontes sem fim. Queremos criar bem-estar e trabalho para todos, construir a independência económica, social, política e cultural deste povo e com este povo, que aí está e aí estará, com certeza apto a ser de novo corajoso e a romper com o passado mais antigo ou mais recente. -----

----- Aos valores de Abril: a Liberdade, a Igualdade, a Fraternidade e a Solidariedade, sempre actuais, é necessário juntar outros novos valores que a globalização nos vai impondo que assumamos, em nome da soberania e da dignidade do ser humano. -----

----- A GRANDE LIÇÃO DO 25 DE Abril é que as pessoas, se o quiserem, podem assumir e construir o seu futuro em liberdade. -----

----- Viva o 25 de Abril! -----

----- Viva Alfândega da Fé! -----

----- Viva a democracia que Abril nos deu! -----

----- Viva Portugal! -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Senhores Deputados que não estava presente a ata da primeira sessão ordinária, realizada no passado dia treze de fevereiro de dois mil e dezasseis pelo que não será submetida à aprovação. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Deputados Municipais sobre quem se queria inscrever para intervir neste período. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra começando por dizer que tinha duas questões a colocar ao Executivo, designadamente, que fosse dada uma explicação sobre a forma como estão as coisas a correr no Hotel/Alfandegatur, em que ponto da situação se encontra toda aquela unidade, a gestão, ou seja, que fosse feito um balanço daquilo que é a visão do Executivo relativamente à transmissão do espaço, e qual o ponto da situação do concurso para dezanove trabalhadores que em tempos esteve na Assembleia. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara, respondendo às questões colocadas pelo Senhor Deputado Luís Terêncio, começou por se referir ao Hotel & SPA, dizendo que está a decorrer a gestão normal. Lembrou que quem ficou com o Hotel & SPA, em termos de concessão foi a PITER, que é uma empresa que tem como objetivo a valorização dos produtos locais, a sua comercialização e a internacionalização do território, e o Hotel & SPA, na estratégia da empresa PITER, será a base desse trabalho. Disse, também, que a PITER está integrada num projeto de Turismo, do qual teve a oportunidade de assistir à celebração de um protocolo na BTL, homologado pelo Senhor Secretário de Estado das Comunidades, que inclui

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

também a Turismo Porto e Norte, e a Nematur, que é a maior agência de viagens de São Paulo (Brasil), tendo este protocolo a ver com uma proposta de programa de pacote turístico para os descendentes dos Portugueses no Brasil e que se chama “Retorno às Origens”. Continuando, disse, esse protocolo foi assinado e o projeto já foi entregue na CCDR-N para financiamento. Disse, depois, que esse projeto também está ligado à abertura de lojas nas padarias de São Paulo para vender os produtos de Trás-os-Montes, havendo já várias lojas abertas em São Paulo e também em Santos, ou seja, nessas lojas vendem produtos dos produtores de Trás-os-Montes e oferecem esse tal pacote turístico do “Retorno às Origens”, sendo que esse pacote começará sempre no Hotel & SPA de Alfândega da Fé. Em sua opinião, disse, este é um dos projetos que lhe parece interessante e que espera tenha sucesso e que poderá levar à viabilização do Hotel e ao mesmo tempo contribuir para que a nossa diáspora, ou seja, todos os portugueses que estão nos países da CPLP, principalmente, mas também outros portugueses que se encontrem em países europeus, que também se incluem neste projeto, pois como se sabe, há descendentes de portugueses que nunca vieram a Portugal. A Senhora Presidente da Câmara informou, depois, que a PITER tem projetos de formação para jovens angolanos e moçambicanos na área da restauração e da hotelaria a funcionar na Escola de Carvalhais, pago pelo Governo desses países e esse projeto é para ser agora sediado no Hotel & SPA, ou seja, há aqui vários projetos que poderão ser interessantes, tendo como base o Hotel. Referiu, de seguida, que as pessoas que estão a fazer a gestão estão já a fazer investimento, porque o Hotel, como todos sabem, precisava de algum investimento, apesar de apenas estarem com um contrato de concessão, e que segundo informaram, a PITER pretende em junho, fazer uma espécie de apresentação do Hotel já com os investimentos feitos, ou seja, a renovação dos quartos, da mobília, caixilharia, problemas de eficiência energética, concretamente, aquilo que o Executivo achava que era necessário fazer mas para o qual ainda não tinha havido capacidade para o fazer dada a situação do Município. -----

----- Referiu-se depois, ao ponto nove da ordem do dia, que se refere à transmissão do Centro de Manutenção Física para a cobertura de prejuízos, explicando que como todos sabem a Alfandegatur, ao longo dos anos, dava prejuízos de cerca de trezentos mil euros, mas esses prejuízos tinham uma parte que eram prejuízos operacionais que o Município ia cobrindo porque era necessário para pagar à banca, aos funcionários e fornecedores, mas tinha uma parte que tinha a ver com a depreciação do imobilizado e que o Executivo não cobria porque não era necessário para o funcionamento normal do Hotel. Por isso, disse, o Executivo colocava no hotel, nos últimos três anos, à volta de cento e cinquenta a cento e sessenta mil euros por ano, mas como os prejuízos eram superiores, os mesmos foram se acumulando e, agora, os prejuízos têm que ser cobertos, porque é uma imposição legal, tal como o ROC ia sempre lembrando no relatório, mas para não ser posto mais dinheiro, essa cobertura de prejuízos pode ser feita em espécie. Assim, referiu, como o SPA interior pertence à Câmara, a intenção do Executivo é fazer uma cobertura em espécie, ou seja, passar o SPA interior para a Alfandegatur, em vez de se estar a colocar lá o dinheiro para a cobertura de prejuízos. Considera que isso irá resolver essa situação e que tornará de uma certa maneira a Alfandegatur mais atrativa porque irá valorizar os seus ativos. -----

----- Quanto ao concurso dos trabalhadores referidos pelo Deputado Luís Terêncio, a Senhora Presidente referiu que todos os processos estavam na DGAL porque na legislação feita pelo Governo anterior foi retirada às autarquias a autonomia para abrir concursos e como tal tinham que ter autorização da Direção Geral da Administração Local e das Finanças, o que tornava o processo muito moroso, tal como aconteceu com as pessoas que estavam com contrato a termo certo. Com o novo Orçamento de Estado já não têm que passar pela DGAL nem pelas Finanças, mas têm que vir à Assembleia, mas como os processos apenas foram devolvidos há cerca de uma semana, só agora se está em condições de trazer à próxima Assembleia todo o processo para se poder prosseguir com os concursos. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Luís Terêncio, começando por pedir desculpa, porque inicialmente era isso que tinha para fazer, e sua primeira obrigação, ou seja, de forma pública, em nome da bancada a que pertence e que presume até, tomando alguma liberdade pelas duas bancadas representadas nesta Assembleia, deixar as condolências pela morte do irmão do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, referindo que o devia ter feito inicialmente, pelo que pede que aceite as desculpas e os sentidos pêsames pela morte do irmão. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Relativamente às explicações que ouviu, disse, a Senhora Presidente da Câmara falou na substituição do mobiliário que está a ser feita pelo concessionário, ou seja, o concessionário está a fazer investimento, sendo uma das opções, a substituição do mobiliário, pelo que gostaria de saber de quem é o mobiliário existente. O mobiliário que sairá de lá, disse, foi um investimento feito pelo Executivo, que detém 100% na Alfandegatur, pelo que gostaria de saber de quem é esse mobiliário e o que se pretende fazer com o mesmo no caso de ser propriedade do Município. Disse, depois, que foram feitas substituições dos televisores das escolinhas, ou seja, das escolas primárias transformadas em turismo de habitação. Assim, referiu, sendo feita a sua substituição, perguntou o que foi feito aos anteriores televisores. A Senhora Presidente informou que uma parte do mobiliário foi restaurado e é o mesmo, e que a parte que não o mesmo, que tem a ver com as camas, entre outro, ainda não foi decidido, mas se não ficar o mesmo mobiliário, que é da Alfandegatur terá que se ver o que se vai fazer, ou seja, poderá ser vendido, guardado ou dá-lo a famílias carenciadas, não havendo ainda uma decisão. O mobiliário da entrada do hotel foi uma restauração do existente. Quanto à substituição dos televisores das escolinhas disse não estar em condições para responder. No entanto, sabe que o novo concessionário está a fazer algumas melhorias nas escolas e que lhe foi transmitido por ele que iria dirigir um ofício à Câmara onde abordaria todas estas questões para conhecimento, mas que iria averiguar o que foi feito com os televisores. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. Nuno Miranda, agradeceu as condolências que lhe foram dirigidas e que as pessoas que souberam e puderam deslocaram-se à terra onde o seu pai nasceu e onde o seu irmão ficou sepultado, o que agradeceu. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;.

----- Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 20/04/2016, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara prestou algumas explicações genéricas relativamente à mesma, começando por dizer que como é habitual a mesma se apresenta dividida pelas diversas áreas. No que respeita à Casa da Cultura salientou a realização do entrudo, para além de diversos Workshops, percursos pedestres, exposições e o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios. Quanto à Divisão Administrativa e Financeira referiu, como se pode concluir da informação, este período é de muito trabalho, desde logo elaborar o relatório de gestão e contas, todos os relatórios, balanço social e prestar informação à DGAL, entre outras tarefas. Na divisão de obras continua-se a fazer todo o trabalho por administração direta, algumas obras através de contratos interadministrativos, como é o caso da ampliação da Escola Primária de Valpereiro, em Valverde, um contrato com a Fábrica da Igreja Paroquial Nossa Senhora da Encarnação para execução das pinturas exteriores da Igreja Matriz de Valverde e melhoria de alguns problemas que existiam nos muros da Via Sacra de Soeima. Quanto às obras por empreitada, referiu, estamos a encerrar os lares de Gebelim e Parada, sendo que estas obras não são da responsabilidade da Câmara mas fez-se o acompanhamento de toda a obra, encerramento do CIT de Sambade e da Torre do Relógio. No que respeita à Divisão de Urbanismo e Ambiente, tem sido feito um trabalho bastante importante na área das águas e saneamento, ao que está a ser dada prioridade no sentido de melhorar a questão e combater o desperdício. Está também a ser dado o apoio à rede de rega da Estevainha, colocando os contadores para as pessoas começarem a poder regar no Verão, pois como sabem, a rede de rega da Estevainha já tem uma Associação de Regantes que já foi homologada pela ex - ministra da agricultura, sendo essa rede de rega agora gerida por essa Associação de Regantes. Disse que a Câmara tem continuado um trabalho na área do regadio, nomeadamente, quanto à Estevainha a DGADR que é a dona da Barragem da Estevainha, já tem um projeto para melhorar a captação da água e a Câmara tem também insistido para se resolver uma fuga que existe na barragem que faz com que se perca muita água. Referiu, depois, que também se está a apoiar a Junta de Agricultores da Camba e de Vilarchão/Parada. No caso da Camba para reabilitação do Regadio, cuja candidatura já foi feita, está bem classificada e espera-se que seja aprovada com

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

financiamento (cerca de sete milhões), e no que respeita a Vilarchão/Parada para construção de uma nova barragem, elevando o regadio ao planalto Vilarchão/Parada, sendo que ainda não abriram as candidaturas. Referiu, depois, que também se está a apoiar a Junta de Regantes da Vilariça, que pretende fazer uma nova barragem nos Vilares para reforçar a barragem existente que está na fronteira entre Alfândega e Vila Flor e alargar o perímetro de rega naquela zona. Relativamente ao Gabinete da Qualidade, sublinhou que a Câmara está já há três anos certificada na área da qualidade pela ISO 9001, este ano foi alargado à segurança e à ISO do Ambiente, ISO 14001, e esse trabalho é muito importante para melhorar a organização da própria autarquia. Quanto ao Gabinete da Proteção Civil, salientou o trabalho feito na área da floresta, proteção de incêndios, sensibilização de todas as pessoas, principalmente dos jovens, para as questões da proteção civil. No que se refere à Biblioteca Municipal destacou que a 10ª edição do concurso nacional de leitura, fase distrital, teve lugar na semana passada em Alfândega da Fé. Quanto à situação económica e financeira disse estarmos no primeiro trimestre, foi obtido o visto do Tribunal de Contas à reestruturação da dívida, que consta do PAM, há cerca de um mês, estando a decorrer todo o trabalho necessário para concretizar essa reestruturação do passivo. Referiu que se está a cumprir o prazo de pagamento em Março é de dezasseis dias e não há pagamentos em atraso e o excesso de endividamento, no ano anterior, foi reduzido em mais de um milhão de euros. No ano anterior tivemos também a internalização da EDEAF e teve que se internalizar a dívida da empresa no Município, assim como os trabalhadores da empresa. Teve também que se pagar a maior parte da dívida resultante de processos que vinham do executivo anterior, designadamente, a dívida à empresa Casais, de mais de 600 mil euros, que já está paga e que resultou de um processo que a Casais pôs ao Município por causa da segunda fase da construção do complexo desportivo (campo de futebol) e que teve a ver com o facto de o Tribunal de Contas não ter visado o contrato da empreitada, e por isso a Câmara anterior, na altura, perdeu as participações comunitárias. Tendo isso resolvido, disse, este ano a Câmara já conseguiu a redução de mais de um milhão de euros na dívida da Câmara, conseguiu-se deixar de ter dívidas em atraso e conseguiu-se manter o prazo médio de pagamento bastante abaixo dos 30 dias, sendo que aquilo que a lei obriga é até 90 dias. De seguida a Senhora Presidente referiu que este ano vai ser um ano difícil, por vários factores: por um lado a Câmara estava a contar com um aumento das transferências do Estado, de mais ou menos 2.5% e que poderia ir até 5%, o que tinha a ver com o cumprimento da Lei das Finanças Locais, só que o Governo definiu como prioridade a restituição dos vencimentos aos trabalhadores da função pública, e só aumentou 1.3% nas transferências para as autarquias e logo aí se vai perder cerca de 200 mil euros de receita. Por outro lado, referiu, como a Câmara está a restituir os vencimentos às pessoas, isso vai dar um excesso de custos à volta de duzentos mil euros. Continuando, disse, ainda não se sabe se esse dinheiro vai ser dado à parte ou se vão ser os municípios a assumir esse excesso de pagamento, que é a restituição dos vencimentos resultante dos cortes que foram feitos ao longo destes anos. Por outro lado, embora isso seja uma coisa boa para os munícipes, pois vai haver muitas mais isenções no IMI, dado que os critérios de isenção foram alterados, as pessoas que têm rendimentos abaixo de 15.800 euros anuais e que têm o valor do imóvel abaixo de 65.000 mil euros vão ficar isentas, o que significa uma perda para o município que pode ir até 60 mil euros. Só depois de se receber a primeira tranche do IMI, no mês de Maio, é que se poderá avaliar a perda de receita que se vai ter, ou seja, temos aqui estes três factores, que vão criar algumas dificuldades, que vamos tentar gerir da melhor maneira. Continuando, referiu que se está no bom caminho e pretende-se continuar a reduzir a dívida, mas o esforço tem que ser continuado e continuar-se-á a fazer o esforço necessário para reduzir a dívida que foi deixada pelo anterior executivo.-----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e dirigindo-se à mesa, pediu que lhe fosse explicado como é que se tem esta informação apenas a 24/04/2016 às 11 horas. A Senhora Presidente da Câmara interveio dizendo que esta informação não tem que ser enviada com antecedência, pois como se deve lembrar o Senhor Deputado Luís Terêncio na altura das assembleias em que ele era Deputado pelo PSD e o PSD estava no poder era entregue no mesmo dia uma informação sobre esta situação, com menos informação, pelo que não percebe porque é que o Senhor Deputado se está a queixar. O Senhor Deputado Luís Terêncio disse que é uma informação muito importante, é extensa é verdade, referiu, mas

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

é importante ter toda esta informação, e entende que se achamos que os outros faziam mal não devemos fazer como eles ou pior ainda.-----

----- Relativamente às explicações que a Senhora Presidente da Câmara deu, disse saltar-lhe logo uma satisfação, porque nas mesmas viu algumas das sugestões dadas pelos Vereadores do PSD nas reuniões de Câmara, o que quer dizer que funcionam bem as reuniões de Câmara e que os Vereadores do PSD fazem o seu trabalho e bem. Por outro lado, referiu, nas explicações da Senhora Presidente de Câmara não viu políticas sérias de emprego, políticas de atração de novas empresas, políticas de apoio aos jovens, ou seja, aquilo que se viu são informações importantes da gestão do dia-a-dia, mas o nosso Concelho, disse, precisa de muito mais.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referindo-se à questão levantada pelo Senhor Deputado Luís Terêncio quanto ao envio da informação em apreço, disse que lendo a ordem do dia, como bem perceberá, trata-se de uma informação da Senhora Presidente de Câmara. Continuando, disse, ele não é Presidente de Câmara e como tal não poderá controlar esse aspeto. Quando o Senhor Deputado diz que isto é um assunto muito importante, referiu, isto não passa de uma informação, ou seja, de um resumo do trabalho que o Executivo vem fazendo, não é nenhuma deliberação, nada do que lá consta vai ser submetido à apreciação e à votação.-----

----- A Senhora Presidente da Câmara disse que aquilo que se tem neste ponto não é um plano estratégico é uma informação. A informação que está a ser dada é uma informação da atividade corrente do Município. Continuando, disse, é evidente que o Município se preocupa com o emprego, por isso já tem duas candidaturas submetidas, uma das quais para o alargamento e requalificação da Zona Industrial e a criação de um ninho de empresas, e uma outra candidatura em parceria com o BLC3, que é uma incubadora de empresas da Zona Centro. Está-se a fazer um trabalho que leva à troca de experiências de emprego jovem qualificado que já está a desenvolver-se noutros locais. Continuando, disse, este ninho de empresas do qual o Município é parceiro, está sediado em Oliveira do Hospital, neste momento já tem uma serie de jovens licenciados a tentar criar o seu próprio emprego, com investigação, com produtos inovadores, tudo ligado aos produtos locais, e espera que as candidaturas sejam aprovadas pois o Município continua a ter procura dos lotes da Zona Industrial. De seguida, disse, há uma questão que é muito importante e que poderá vir a ser discutida futuramente, ou seja, a criação de emprego tem que ser uma preocupação do Executivo Municipal, que tem tido essa preocupação e tem tentado com todos os recursos disponíveis, que são poucos, e tem-se tentado cada vez mais trabalhar em parceria, por exemplo, disse, nestas candidaturas a UTAD e o IPB são parceiros do Município, porque o que este Quadro Comunitário financia, é a transferência de conhecimentos das universidades para as empresas, a inovação e internacionalização, e o Município se não trabalhar em parceria não tem os recursos para ir buscar o dinheiro a este Quadro Comunitário. Este Quadro Comunitário, referiu, está desenhado de tal maneira, que se o Município não encontrar estratégias, não pode ir la buscar um cêntimo. Disse, também, que sempre foi muito crítica do PO NORTE, que tem os fundos Comunitários para a coesão do Norte e que é gerido pela CCDRN e a maioria do dinheiro vai para as empresas. Mas o que acontece, referiu, a maior parte do dinheiro vai para as empresas na área de transferência de conhecimentos das universidades para as empresas e nas áreas da inovação e internacionalização. As consequências, referiu, como temos um tecido económico muito frágil não temos empresas com tecnologia de ponta muito inovadoras ligadas às universidades, esse tipo de empresas estão essencialmente sediadas no Porto e em Braga, junto às universidades, e isso leva a que os fundos que deveriam ser para a coesão vão essencialmente para o Porto e Braga. Enquanto para a área metropolitana do Porto estão já aprovados mais de 100 milhões, para Bragança estão aprovados 2 milhões, o que quer dizer que não se esta a trabalhar para a coesão nacional, está-se a trabalhar para cada vez mais haver diferenciação entre o litoral e o interior. -----

2) APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO E PATRIMÓNIO REFERENTE AO ANO DE 2015, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA L), DO ARTº 25º CONJUGADO COM O N.º 2 DO ARTº 27, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;

----- A Senhora Presidente da Câmara referiu que se tem vindo a trabalhar no inventário, que existem algumas questões a finalizar, mas que se tem vindo a melhorar bastante. Neste momento está-se ainda a inventariar aquilo que é do

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

domínio público, mais algumas coisas que ainda não estavam registadas. Pensa que este trabalho é para continuar, no entanto já temos muito trabalho realizado, que é de aprovar e que resultou numa persistência dos serviços e do Executivo para que esse trabalho seja continuado, porque é aquele trabalho onde falta sempre fazer qualquer coisa e é considerado um trabalho menor, mas é importante em termos financeiros. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa perguntou se havia algum pedido de esclarecimento sobre o assunto, não se registando qualquer intervenção. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

3) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS REFERENTE AO ANO ECONÓMICO DE 2015, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA L), DO ARTº 25º CONJUGADO COM O N.º 2 DO ARTº 27, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra salientando, em relação ao documento em apreço, o facto de se ter reduzido a dívida a curto prazo, a dívida a médio/longo prazo, reduzindo-se a dívida total em um milhão e cinquenta e três mil euros, pagaram-se já setecentos e treze mil euros de processos judiciais, continuando - se a pagar alguns de valor menor e estamos em vias de deixar de ter dívidas das empresas municipais, lembrando que em 2009 tínhamos mais de quatro milhões de euros e espera que no final do ano ter zero dívidas nas empresas. Depois, disse, o tribunal de contas visou o PAM, fomos o primeiro Município a ter o Plano de Ajustamento Municipal visado, o que é importante pois vai permitir reduzir bastante os encargos com juros e aumentar a amortização, isto porque, quando o Município foi obrigado a ir a banca no PAEL e no reequilíbrio porque estávamos em excesso de endividamento, a banca estava emprestar dinheiro a mais de 6% de taxa de juros. Mesmo assim, disse, antes desta aprovação conseguiu-se negociar alguns juros e baixá-los, mas depois o tribunal de contas deu indicações de que o Município só poderia reestruturar todo o passivo e baixar os juros no âmbito do FAM, pelo que foi feito esse trabalho e agora vamos ter juros de 1.9%. Referiu depois, que o Município tem estado sempre a aproveitar todas as oportunidades para tornar as finanças do Município mais sustentáveis e também ter dinheiro para investir, porque sem investimento não há criação de emprego nem há desenvolvimento e nós estamos condicionados no investimento, porque tínhamos e ainda temos, mas vão ser reduzidos, encargos com a banca que ultrapassavam um milhão por ano e esse valor em vez de ir para o investimento ia para a banca, e isso é o problema dos excessos de endividamento que depois condiciona muito os investimentos e também a criação de emprego e o desenvolvimento dos territórios. -----

-----De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Carlos Pousado dizendo querer abordar um tema que de certa forma já abordou em sessões anteriores. O caso concreto, disse, ter a ver com o sistema de normalização contabilística, ou seja, se bem se recordam disse aqui uma vez que já era hora de os municípios implementarem o sistema de normalização contabilística, sendo certo que não estavam obrigados e como tal não o implementaram. Referiu, que na altura, disse também, em relação ao sistema de normalização contabilística, que tinha a certeza que iria ser implementado não sabia era quando, mas neste momento já estamos em condições de dar resposta e o município também já está a par deste tema com toda a certeza. Continuando, disse, o sistema de Normalização Contabilística já está a ser implementado em algumas Câmaras este ano, ou seja, já há municípios piloto em 2016 a implementar o sistema, sendo centro, que a partir de 1 de Janeiro de 2017 todas as Câmaras estão obrigadas a implementá-lo. Em sua opinião, disse, o SNC retrata a realidade mas com mais rigor, de uma forma mais cabal, deixando depois votos de sucesso ao município no ano da Transição. Avançando para as contas propriamente ditas numa análise construtiva, gostaria de dar duas ou três notas. A primeira tem a ver com a mensagem da Senhora Presidente, ou seja, na página 4/34, onde o Executivo diz que reduziu a dívida a curto prazo de 2014 para 2015 em 291 mil euros, diz depois que reduziu o endividamento a médio/longo prazo em 731.735,34 euros. Diz também que foi reduzido o valor total de 2014 para 2015 em 1.053.414,00 euros, o que em sua opinião não entrará correto pois somando os valores dará 1.022.877,59 euros, embora compreenda que isto foi posto em função do FAM que é uma rubrica nova, o que não acontece nos quadros seguintes, o que induz em erro (quadros páginas 26 e 27) não deveria estar retratado como está, deveria estar subdividido uma vez que no balanço tiveram este cuidado. Falando das demonstrações

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

financeiras elas são sempre comparadas com o ano transato e no caso concreto o ano de 2015 é comparado com o ano de 2014, tendo reparado que foram alterados valores de 2014, pelo que pretendia que fosse feita uma explicação à Assembleia do porque de alterar os valores de 2014, mais concretamente quanto a dívidas a terceiros de curto prazo. Ainda em relação ao balanço, em relação às dívidas de terceiro curto prazo, no balanço, ou seja, na página 4 tem 2.339.672,87 euros e depois esse valor é retratado também na página 29/34, ou seja, esse valor é diluído e apresenta uma diferença de 24.530,96, que pretende saber o que se deve. -----

----- Referiu, depois, que na página 22/34 há uma explicação sobre o ativo, que tem sido bem trabalhado tendo em conta que se tem vindo a inventariar, o que é um trabalho bem feito até porque permite melhorar as contas e o ativo, sendo referido que o decréscimo registado do ativo que no caso concreto passa de 43.298.455,92€ para 42.420.305,79€, em muito se deve ao decréscimo registado de uma das rubricas com maior expressão no total do activo, caso das imobilizações corpóreas. Em relação aos investimentos financeiros, ao contrário do que consta na pág. 22 de 34, esses aumentaram. Em relação às paginas 23/34, onde se fala da desagregação da rubrica acréscimos e diferimentos, referiu que nas remunerações a liquidar temos 113.802,90, sendo que se deve ter remunerações devidas por motivo de férias e subsídio de férias e respetivos encargos, pelo que gostaria de saber se constam os dois ou apenas um. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara referiu que não iria falar nos valores tão em pormenor, deixaria para a Dra. Carla Vitor, mas iria falar sobre a questão do FAM. De facto, a Câmara fez uma amortização e reduziu-se a dívida a médio/longo prazo em 731.721,00 euros, e quando estamos a dizer que retiramos 352.000,00 euros do FAM, tem a ver com o facto de o FAM ter sido uma lei criada no ano passado e obriga os municípios a transferir para o FAM um determinado valor e na altura nem sequer se sabia como é que se havia de contabilizar e não foi contabilizado no ano passado. Neste ano já está contabilizado, está nas contas, mas este valor de 352.000,00 euros provavelmente para o ano já o não temos aqui, porque essa lei prevê por imposição do Estado que os municípios colocavam 50% do dinheiro e o estado outros 50% e o FAM iria depois emprestar às Câmaras. Essa lei foi sempre muito contestada pelas autarquias porque consideram que deveria ser o Estado como tinha sido sempre, pois o Estado teve ao longo dos anos vários programas de apoio à reestruturação da dívida a curto prazo, ou seja, o Estado dava o dinheiro e as autarquias faziam amortização com juros, foi assim com o PRED e com o PAEL entre outros. Agora, disse, o governo, anterior resolver pôr todas as autarquias a financiar as autarquias com mais dificuldades. O atual governo, disse, que à partida vai revogar essa lei e as autarquias vão deixar de contribuir para o FAM. O FAM para além de não contribuir para o excesso de endividamento provavelmente no caso concreto para o ano já não se terá este valor nas contas do passivo. -----

----- A Dr.^a Carla Victor, chefe da DAF usou da palavra começando por dizer que em relação ao endividamento a análise que o Dra. Carlos Pousado fez não é a mais correta. Realmente todas as contas têm que ser refletidas no balanço mas há contas que não relevam para o endividamento, como é o caso do FAM e as operações não orçamentais. Por isso, o somatório e a análise que o Dr. Carlos tentou fazer não corresponde realmente à análise mais correta do endividamento. Quando dizemos que reduzimos 1.053.000,00 é correto, e certamente que se fossem colocadas as operações não orçamentais que são cerca de 100.000,00 euros mais os 352.000,00 do FAM a redução seria bem mais baixa do que a que está referida, cerca de 600.000,00 euros. Em relação à dívida de curto prazo, disse, não há diferença, o que aconteceu é que tal como a lei obriga têm que ser constituídas provisões para as dívidas com mais de seis meses e com mais de doze meses, por isso foram constituídas provisões na ordem dos 24.000,00 euros. No que respeita às alterações que se verificam na rubrica 14 por indicação do SIAL foi necessário desagregar a rubrica 2688 que estava a ser refletida no balanço apenas no saldo da conta mãe, por isso teve-se a desagregar nas diversas contas que a constituem, em que uma era de natureza do ativo e outra de natureza do passivo, e por isso foi necessário fazer esta correção. Em relação ao subsídio de férias, disse, só foi constituído para uma partes, como ter sido sempre regra anual e por indicação do ROC para não estar a ferir ou a alterar muito as comparações anuais.-----

-----O senhor Deputado Luís Terêncio disse ter ouvido as explicações de ambas as partes e percebeu que este é um documento que traz dúvidas de um lado não traz melhorias do outro, portanto, é um documento de execução do Executivo.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Disse ter feito um exercício, mais do que o valor que possa trazer aqui é efetivamente são os benefícios que cada um dos munícipes deste Município não tem. Temos em primeiro os benefícios fiscais que afetam as pessoas e no contrário do nosso Município há outros que fazem bandeira com cartazes políticos, que baixaram o IMI, baixaram alguns impostos. Depois, disse, em 2009 temos um endividamento 16.415.000,00 euros, em 2010, já com o atual Executivo, 19.116.000,00 euros, em 2011, 19.871.000,00 euros, em 2012, 19.399.000,00 euros, em 2013, 20.382.000,00 euros, em 2014, 20.725.000,00 euros, em 2015, 20.054.000,00 euros. Esta é a realidade, disse, baixaram, o que baixaram, mas não baixaram aquilo que prometeram aquando das eleições. Esta é a realidade com que cada um dos munícipes se defronta e não vê no seu bolso a baixa de impostos e benefícios fiscais.-----

-----A Senhora Presidente da Câmara disse que o Senhor Deputado Luís Terêncio quer branquear dois mandatos do PSD que destruíram uma Câmara Municipal e penalizaram o Concelho. Disse que se o Município, está nesta situação a culpa também é dele e daqueles deputados que estavam lá na altura, que deixaram o Executivo do PSD em dois mandatos destruírem uma Câmara Municipal. Tornaram uma Câmara Municipal que não tinha quase endividamento na Câmara, na Câmara com a maior demora em pagar aos fornecedores. Continuando, referiu, quando o Senhor Deputado diz que em 2009 tínhamos 16.415.000,00 euros, faltava incluir 2.500.000,00 euros que este Executivo quando assumiu funções encontrou nuns caixotes de faturas que não estavam contabilizadas na contabilidade, porque foram despesas feitas completamente ilegais. Em 2010 apareceram mais dividas que não estavam no caixote mas não estavam registadas no valor de cerca de 1.600.000,00 euros. Por isso, referiu, vir aqui culpar o Executivo que herdou esta situação, de ter a taxa máxima do IMI, do IRS e da Derrama, porque isso é uma imposição legal aos municípios em excesso de endividamento, e vir culpar um Executivo que está a meio do 2ª mandato, que já fez o que fez para tornar as finanças da Câmara sustentáveis, e vir aqui culpar o Executivo quando a culpa é do PSD e muito em particular do Senhor Deputado Terêncio que fez sempre parte das Assembleias, desculpando a expressão é preciso ter “uma grande cara de pau”. Lembrou ainda que tínhamos 4.327.000,00 euros de dívida das empresas municipais e ao longo dos anos foram absorvendo essa dívida, tanto a dívida da EDEAF que acabou por ser totalmente absorvida em 2013, mas que o Executivo foi amortizando ao longo dos outros anos, e a da Alfandegatur que foi amortizada até ao valor de 1.800.000,00 euros. Referiu, ainda, que tem que incluir toda a dívida que estava em Tribunal porque não foi paga, que até ao momento soma mais de 700.000,00 euros. Disse, também que este Executivo teve ainda outro azar que foi ter um Governo do PSD durante quatro anos, que cortou nas transferências do Estado, tirou à Câmara Municipal em cortes acumulados mais de 3 milhões de euros. Continuando, a Senhora Presidente disse estar completamente à vontade e o Partido Socialista também, porque o Partido Socialista esteve três mandatos com o Eng.ª Manuel Cunha à frente da Câmara Municipal, fez obra e muita e era das Câmaras com menos endividamento e ainda deixou dinheiro no banco para o Executivo do PSD que não só o estafou completamente como se endividou à razão de 2 milhões de euros por ano. Por isso, disse, o Partido Socialista neste Concelho está perfeitamente à vontade, quando geriu, geriu bem, investiu e tinha as contas em ordem, e quando voltou à Câmara começou a pôr as contas em ordem e a resolver o descalabro que o PSD em oito anos conseguiu fazer. Por isso, disse, não compreende como é que o Deputado Luís Terêncio vem aqui a querer culpar este Executivo de ter as taxas máximas dos impostos quando a culpa é do PSD e não é de mais ninguém. -----

----- A Senhora Deputada Iolanda Neves usou da palavra dizendo que relativamente à reflexão que o colega Luís Terêncio fez, designadamente, uma análise de anos e de números relativamente a esses anos, foi dada uma explicação pela Senhora Presidente da Câmara que não percebeu, pelo que se pudesse ser sucinta relativamente à evolução da dívida nos últimos quatro era só isso que pretendia. A senhora Presidente da Câmara respondeu dizendo que o pior cego é aquele que não quer ver. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio interveio e disse que ouviu atentamente a intervenção da Senhora Presidente. Disse que politicamente o PSD pagou nas urnas, os munícipes acreditaram no PS e por isso a empossaram como Presidente de Câmara. Obviamente que essa análise que a Senhora Presidente está a fazer de oito anos do Executivo PSD e se faz essa acusações o PSD estará cá também para fazer o balanço no futuro. Continuando disse que no ponto

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

dois da ordem do dia a Senhora Presidente disse que aumentou o património, aumentaram os ativos, etc, mas gostaria que reconhecesse aqui que aumentou este património porque o Executivo do PSD fez obra, fez investimento e é obvio que não há investimento sem deixar dívida, aliás, património esse que a Senhora Presidente já vendeu, ou seja, vendeu o pavilhão da Mecapisa, passou o Hotel. Disse, depois, que nunca acusou a Senhora Presidente como culpada das taxas máximas de IMI, o que criticou foram as suas políticas. Perguntou, depois, como é que a Senhora Presidente explica que municípios vizinhos ainda em situação pior que o nosso, hoje tenham cartazes políticos a dizer que o município baixou os impostos aos seus municípios. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara referindo-se ao que o que foi dito pelo Senhor Deputado Terêncio sobre haver um município ao lado que baixou os impostos, disse que esse município tem dívida a curto prazo que nós nunca teríamos conseguido sustentar, dando como exemplo de esse município ter uma dívida à Associação de Município da Terra Quente que ultrapassa um milhão, enquanto a dívida do nosso município é de cerca de vinte mil euros. Continuando, disse, é fácil dar tudo e mais alguma coisa e depois não pagar aos fornecedores. Este Executivo, referiu, teve sempre desde início uma política de pagar a tempo e horas e isso é um ponto de honra. Quando assumiu funções as pessoas estavam um, dois e três anos sem receber. Por isso foi ponto de honra sanear essa dívida a curto prazo, de cerca de 19.000.000,00 de euros, pelo que teve que se ir buscar dinheiro à banca, de que estamos a pagar os juros e as amortizações e é isso que pesa no nosso orçamento. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto três à votação, tendo sido deliberado, por maioria, dos vinte e sete Deputados presente, com dezassete votos a favor e dez abstenções dos Senhores Deputados Luís Terêncio, Susana Guerra, Adriano Andrade, Iolanda Neves, António Pacheco, José Almendra, Jonathan Pacheco, Rafael Pacheco, Carlos Pousado e Paulo Pereira, aprovar o relatório de gestão e contas referente ao ano económico de dois mil e quinze. -----

4) RELATÓRIO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS 2015 – PARA CONHECIMENTO;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra começando por dizer que este Relatório elaborado pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) é para conhecimento. Disse que se tem vindo a melhorar, embora haja coisas que ainda é preciso também melhorar, e que se vai melhorando com as recomendações que são feitas pelo ROC. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório em epígrafe. -----

5) RELATÓRIO DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PAEL E REEQUILÍBRIO FINANCEIRO – 9º TRIMESTRE DE EXECUÇÃO – PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015 – PARA APRECIÇÃO;

----- A Senhora Presidente da Câmara referiu que estes são os relatórios que têm que vir de três em três meses à Assembleia Municipal e que o atual relatório não apresenta nada de novo e que futuramente terão que ser feitos relatórios em relação ao PAM, sendo que do PAEL apenas será elaborado mais um relatório. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra e perguntou se, sendo este documento para conhecimento, haveria a possibilidade de serem enviados antecipadamente as conclusões relativamente aos pontos mais importantes, antes de ser enviada a documentação das sessões para os Deputados, tendo a Senhora Presidente da Câmara respondido que logo que estes relatórios são aprovados na reunião de câmara, os mesmos são logo colocados no “site” e podem ser enviados. -----

6) DECLARAÇÕES NOS TERMOS DO ARTIGO 15 DA LEI Nº 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2012 - PARA CONHECIMENTO;

----- Por indicação da Senhora Presidente da Câmara usou da palavra a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Drª Carla Victor, para esclarecer o assunto, explicando que são também documentos para conhecimento e que por imposição legal têm que acompanhar a prestação de contas, e que no fundo refletem o que o Município deve a terceiros e o que os terceiros devem ao Município. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- A Senhora Presidente da Câmara interveio, dizendo que estas declarações normalmente costumavam vir no Relatório de Gestão e Contas como um anexo, mas agora foi separado por indicação da DGAL para assim ter a certeza que foi dado conhecimento. -----

----- A Senhora Deputada Susana Guerra usou da palavra dizendo que foi visto num documento que a empresa Águas de Trás-os-Montes devia ao Município mais de um milhão sobre ocupação do subsolo, pelo que gostaria de saber ao certo o que é que isso é, ou seja, de onde vem essa dívida. A Senhora Presidente esclareceu tratar-se de um processo que está em Tribunal, colocado contra as Águas de Trás-os-Montes, porque na altura em que a empresa andava a cobrar aos municípios tarifas muito altas e os municípios estavam contra isso, porque estavam a ser muito penalizados, havia a possibilidade da empresa pagar uma tarifa de ocupação do subsolo, e os municípios limitaram-se a fazer uma cobrança disso com base num cálculo efetuado, tendo a empresa respondido que tratando-se de uma empresa pública pedia que fosse feito um desconto, que não fosse cobrada a tarifa no seu máximo ou que não fosse cobrada. Continuando, disse, o assunto foi levado à reunião de câmara tendo sido deliberado fazer um desconto de 50%, o que foi comunicado à empresa, tendo a mesma recusado pagar e colocado um processo contra essa exigência do Município, tendo o Município vindo a ganhar esses processos, incluindo os recursos. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento das Declarações supra mencionadas. -----

7) CANCELAMENTO DO PROCESSO DE VISTO Nº 1184/2015;

----- A Senhora Presidente da Câmara pediu ao adjunto, Dr. Miguel Franco, para prestar uma explicação sobre o assunto. O Senhor Dr. Miguel começou por dizer que este processo se iniciou em 2015, o Município entendeu que deveria submeter esta adesão a esta Associação de Comércio da Guiné-Bissau à Assembleia Municipal. A atividade da Associação não sortiu grande efeito, o município não recebia grande informação sobre a Associação e em contrapartida o Tribunal de Contas, neste processo, estava a exigir muita informação, da qual não se dispunha, nomeadamente, um plano, um projeto, um estudo de viabilidade económica dessa Associação. Para o Município, disse, parecia um pouco contraditório, porque o Município não queria participar na constituição de uma Associação, o Município apenas foi convidado e entendeu-se que um Município que pretende entrar e participar numa Associação como associado carecia sempre duma apreciação prévia do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas, disse, veio pedir várias informações, tentou-se obter essas informações, apesar de parecer um pouco estranho querer-se informação sobre uma associação que já existia, pelo que se entendeu cancelar este visto e eventualmente, num futuro, se possa equacionar novamente levar este assunto à apreciação junto do Tribunal de Contas. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto 7 à votação tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e sete membros presentes, aprovar o cancelamento do processo de visto supra mencionado. -----

8) AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BAIXO SABOR: ADESÃO E APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS E DO "PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BAIXO SABOR" – APROVAÇÃO DA NOVA DELIBERAÇÃO;

----- A Senhora Presidente da Câmara referiu que este assunto vem do facto de que a Associação de Municípios do Baixo Sabor pretendia e pretende constituir uma Agência de Desenvolvimento. Essa Agência de Desenvolvimento, disse, serviria para os Municípios gerirem os fundos do Baixo Sabor, agora quem está a fazer a gestão é o ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e Florestas) e isso tem dado muitos problemas porque eles demoram muito tempo nas decisões levantam uma série de problemas às candidaturas, e os municípios falaram com a Presidente do ICNF no sentido de serem os municípios a gerir os fundos e a assumir os fundos. Assim, referiu, pretende-se que os fundos sejam transferidos diretamente para a Agência e a EDP e o ICNF passarem a fazer parte de um conselho Estratégico que acompanhará todo o trabalho da Agência. O processo de constituição da Agência foi enviado para o Tribunal de Contas, tendo este mandado fazer a alteração dos estatutos, pediu um plano estratégico de desenvolvimento sustentável, ou seja, toda a documentação que agora o tribunal pede para a constituir qualquer associação ou agência tendo os Municípios feito já todo esse trabalho,

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

e é isso que vem à Assembleia já com as alterações que foram feitas depois do tribunal de contas pedir uma serie de esclarecimentos e informações. A Senhora Presidente informou, depois, que o Plano Estratégico do Baixo Sabor, está disponível no “site” do Município. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa de Assembleia Municipal colocou o ponto 8 à votação tendo sido deliberado, por maioria dos vinte e sete Deputados presente com vinte e seis votos a favor e uma abstenção do Senhor Deputado Adriano Andrade, aprovar a adesão do Município à Agência de Desenvolvimento Regional do Baixo Sabor, bem como a nova versão dos Estatutos.-----

9) TRANSMISSÃO DO CENTRO DE MANUTENÇÃO FÍSICA NA MODALIDADE DE AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL EM ESPÉCIE DETIDO NA EMPRESA LOCAL ALFANDEGATUR – PARA CONHECIMENTO;

-----A Senhora Presidente da Câmara referiu que aquilo que se pretende é que a Câmara em vez de estar a meter mais dinheiro na ALFANDEGATUR faça a cobertura de prejuízos em espécie, passando para a ALFANDEGATUR o SPA interior que é propriedade da Câmara. Disse, depois, que para além da avaliação que já veio à Assembleia Municipal é necessária a avaliação de um revisor oficial de contas independente, tendo a Câmara já pedido essa avaliação. Disse contar que essa avaliação seja de cerca de 700 mil euros. Referiu, depois, que há uma série de procedimentos legais que permitem a transferência do SPA para a ALFANDEGATUR, que possibilitará cobrir os prejuízos, sendo esta cobertura de prejuízos uma obrigação legal. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio, perguntou qual é o valor desse prejuízo, se é de 737 mil euros, tendo a Senhora Presidente respondido que o valor total dos prejuízos já diminuiu dado que entretanto a Câmara teve que meter dinheiro na ALFANDEGATUR para proceder a alguns pagamentos, nomeadamente, indemnizações, entre outros, mas que o valor andarà muito próximo do referido. O Senhor Deputado Luís Terêncio questionou, depois, se poderà haver algum diferencial entre o valor da avaliação e o valor dos prejuízos, tendo a Senhora Presidente respondido que sim, para mais ou para menos, mas espera que não haja grandes diferenciais. O Senhor Deputado Luís Terêncio perguntou de seguida, se sendo entregue em espécie em detrimento de valor, sendo entregue este imóvel para cobertura dos prejuízos, se o mobiliário e equipamentos são propriedade do Município, tendo a Senhora Presidente respondido que para já são, mas que quando o bem for transferido passarão a ser propriedade da ALFANDEGATUR, porque também serão incluídos na avaliação. O Senhor Deputado Luís Terêncio referiu ser público que estão a ser retirados alguns equipamentos, tendo a Senhora Presidente explicado que estão a ser retirados alguns equipamentos do ginásio, porque as pessoas que estão a gerir o hotel não querem aqueles equipamentos lá e porque têm outra visão até do próprio SPA e por isso estão a ser retirados os equipamentos para musculação, porque entendem que o facto de irem para lá pessoas a fazer musculação faziam muito barulho, o que perturbava os hóspedes. A Câmara vai trazer as máquinas para Alfândega e colocá-las à disposição das pessoas. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto nove à votação, tendo sido deliberado, por maioria, dos vinte e sete Deputados presentes, com dezassete votos a favor e dez abstenções dos Senhores Deputados Luís Terêncio, Susana Guerra, Adriano Andrade, Iolanda Neves, António Pacheco, José Almendra, Jonathan Pacheco, Rafael Pacheco, Carlos Pousado e Paulo Pereira, aprovar a transmissão do Centro de Manutenção Física na modalidade de aumento de capital social em espécie detido na empresa local ALFANDEGATUR.-----

10) ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO: RELATÓRIO DE 2015 – PARA CONHECIMENTO;

----- A Senhora Presidente da Câmara referiu que a responsabilidade deste relatório é do senhor Dr. Miguel Franco, é obrigatoriedade legal, pois há uma lei que refere o estatuto do direito de posição e que obriga a fazer relatórios anuais, passando depois a palavra ao Dr. Miguel Franco. O Senhor Dr. Miguel Franco referiu que à semelhança de anos anteriores, pelo menos desde 2012, tem sido submetido à Câmara este relatório, que em síntese é uma forma de manifestar as participações política e democrática de todos os atores da nossa democracia, da nossa política local em especial. Continuando, disse, fez-se este relatório onde é prestada toda a informação pertinente. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- A Assembleia Municipal do conhecimento do relatório supra mencionado.-----

11) AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO DO PRÉDIO URBANO INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ART. 107, DA FREGUESIA DE ALFÂNDEGA DA FÉ – PARA APROVAÇÃO;

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, disse tratar-se de um antigo urbano que era relativo, às antigas instalações dos CTT, junto à Capela do Espírito Santo. Continuando, disse, essa edificação já algum tempo que foi demolida, e não inclusivamente calcetado aquele espaço, serve como estacionamento, razão pelo que o assunto nem à Assembleia para afetar este prédio urbano ao domínio público, uma vez que é a serventia que tem atualmente. -----

----- O Senhor Presidente de Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, dos vinte e sete Deputados presentes, aprovar a afetação ao domínio público municipal do prédio urbano supra identificado-----

12) CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – TOMADA DE POSSE DE NOVOS MEMBROS NA SEQUÊNCIA DA ALTERAÇÃO À LEI 33/98, DE 18 DE JULHO;

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, disse que relativamente a este ponto e em relação à alteração à lei, efetivamente esta alteração vem dizer que os conselhos Municipais de segurança devem ter também membros ligados à violência doméstica e da prevenção rodoviária. Relativamente à prevenção rodoviária, disse, já estão neste concelho a GNR e os GIPS, já há uma comissão Municipal de Trânsito, pelo que considera que não fará muito sentido nomear mais alguém dentro desta área. No que respeita à violência doméstica aquilo que se propõe é nomear alguém da Liga dos Amigos do Centro de Saúde, uma vez que têm trabalhado nesta matéria com vários projetos e iniciativas, inclusivamente tem um gabinete de apoio à vítima, pelo que considera que faz todo o sentido estar da Liga de Amigos presente no Conselho Municipal de Segurança. Deixou depois à consideração dos Senhores Deputados e do Senhor Presidente da Mesa, o facto de três Municípes com reconhecida idoneidade que foram nomeado para pertencer a este conselho não terem aceite o convite que lhes foi endereçado, designadamente, os Senhores Antonio Figueiredo, Manuel Cunha e António Medeiros, se valerá a pena proceder à sua substituição, referindo que em sua opinião não se deveria alargar mais. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio disse concordar com o que foi referido pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara.-

----- Terminadas as intervenções o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu que tomara posse alguém em representação da Liga dos Amigos do Centro de Saúde. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Interveio neste período o munícipe Senhor António Joaquim Oliveira, e depois de cumprimentar todos os presentes, começou por dizer que as intervenções aqui não são fáceis, nem todos têm o mesmo dom oratório, cada um faz aquilo que pode e faz o seu melhor sobre o 25 de Abril, disse, cada um de nós tem a sua opinião e o 25 de Abril conferiu-nos esse direito. O que tem verificado aos longos destes 40 anos de intervenções e que estamos sempre a bater no mesmo, provavelmente o tema não o temos sabido aproveitar para ir modernizando e atualizando aquilo que devemos fazer. O que lhe parece, disse, é que há dois tipos de intervenções, com dois tipos de letras, que divide de seguinte forma: há hoje aqueles que como letra do discurso nos vêm aqui contar o atirei o pau ao gato e outros que vêm contar o todos os patinhos sabem bem nadar. Considera que se se mudasse um bocado o discurso conseguiríamos uma maior união. Está é, disse, a sua opinião sobre o 25 de Abril.-----

----- Quanto as atas é mais do mesmo, mas infelizmente não é só aqui que as atas falham.-----

----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato. -----

----- A ata em minuta foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

(Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paçó)

O Segundo Secretário

(Domitila de Fátima Morais Branco)